

February 2022 | PT

This page is also available in:

- ES
- BG
- CS
- DA
- EN
- DE
- ET
- FR
- EL
- GA
- HR
- IT
- LV
- LT
- HU
- MT
- NL
- PL
- FI
- RO
- SK
- SL
- SV

Available Languages:

EDITORIAL



Estado de direito está também muito relacionado com a economia!

Estado de direito está também muito relacionado com a economia!

A crise do Estado de direito na UE está a agudizar-se, tendo-se tornado altamente politizada e desencadeado litígios jurídicos que comprometem os próprios alicerces da União Europeia. Apesar de os aspetos políticos e jurídicos do debate sobre o Estado de direito estarem muito presentes no discurso público, a perspetiva económica continua a ser subestimada, o que é um erro, na minha opinião, na medida em que o Estado de direito influencia muito a estabilidade social e económica.

O respeito pelo Estado de direito estimula o crescimento ao atrair investidores que valorizam a proteção, a segurança e a transparência. Os investidores também apreciam as condições estáveis oferecidas por governos equitativos e éticos, bem como um sistema judicial justo e independente. O respeito do Estado de direito é, pois, essencial para o investimento e o comércio.

Pessoalmente, estimo que o princípio do Estado de direito deve desempenhar um papel mais importante no mercado interno. Não é possível ter uma concorrência leal se um número crescente de países da UE aplicar medidas discriminatórias (tais como, burocracia adicional e taxas aplicáveis apenas aos investidores estrangeiros). Há que proteger melhor determinados direitos, como o direito à propriedade e a liberdade de empresa.

O aspeto económico do Estado de direito é especialmente patente no contexto do alargamento. Para os países candidatos e potenciais candidatos, a perspetiva de adesão à UE é o maior incentivo para realizar reformas económicas e reforçar o Estado de direito. A UE tem de dar o exemplo, de forma que tais países se mantenham na via para a adesão e continuem a desenvolver as respetivas democracias ao estilo europeu. Tal é especialmente importante no momento presente, quando outros países intensificam os seus esforços para ganhar influência, por exemplo, nos Balcãs Ocidentais.

Estas são apenas algumas das razões para reforçar a monitorização dos aspetos económicos do Estado de direito. Temos de dar maior ênfase à dimensão económica do Estado de direito. Esta é uma função nossa – do CESE – durante as nossas missões de informação em curso sobre o Estado de direito. Pessoalmente, gostaria de incentivar a Comissão Europeia a incluir, no seu relatório de 2022, um capítulo separado sobre o Estado de direito, centrado na dimensão económica. O tema merece certamente uma reflexão e um investimento a longo prazo.

Christa Schweng
Presidente do CESE

AGENDA

1 e 2 de março, Bruxelas

Plataforma das Partes Interessadas para a Economia Circular – Conferência

4 de março de 2022, Bruxelas

Um futuro sustentável para a indústria europeia

8 de março de 2022, Bruxelas

Conferência – As mulheres no mercado de trabalho

15 a 17 de março de 2022, Bruxelas

Jornadas da Sociedade Civil 2022

23 e 24 de março de 2022, Bruxelas

Reunião plenária do CESE

DIRETO AO ASSUNTO

Na nossa rubrica «Direto ao assunto», solicitamos aos membros do CESE que falem sobre pareceres com um impacto importante na vida quotidiana da UE.

Nesta edição, pedimos a **Sandra Parthie** que explique a importância para os cidadãos do tema abordado no Parecer – *Ecossistemas industriais, autonomia estratégica e bem-estar*, adotado pelo Comité na sua reunião plenária de janeiro. (ehp)



INDÚSTRIA EUROPEIA: PROTECIONISMO É IMPASSE, FUTURO PASSA PELA NEUTRALIDADE CLIMÁTICA

Por Sandra Parthie

Disrupção, transição, transformação, mudanças estruturais: vivemos certamente «tempos interessantes». Os europeus deparam-se atualmente com várias megatendências ao mesmo tempo: as alterações climáticas e a necessidade de descarbonizar a economia; a digitalização e a necessidade de repensar a organização do local de trabalho; a desglobalização e a necessidade de manter o poderio económico.

A concorrência no setor industrial é cada vez mais feroz e globalizada. Há muito que os europeus se habituaram a ditar as regras no mundo, a liderar a vanguarda tecnológica e a usufruir de níveis de bem-estar social e económico cada vez mais elevados. No entanto, todas estas «certezas» estão na iminência de se desmoronarem. A Europa corre o risco de ficar de fora na nova ordem mundial dominada pela China e pelos EUA.

«E qual é o problema?», poderão perguntar algumas pessoas. Pois bem, na verdade, é extremamente grave. E eis porquê: a Europa não dispõe de recursos naturais. Assenta, há séculos, a sua prosperidade económica e o seu bem-estar social no comércio internacional e no acesso e transformação de múltiplos recursos, da prata às especiarias, passando pelo petróleo e pelo gás. Não raras vezes, dominou os seus parceiros comerciais e ditou as regras e normas comerciais ao sabor dos seus interesses. Só foi capaz de o fazer graças ao seu poder de mercado e porque era competitiva e inovadora.

Agora a situação está a mudar. A UE procura concluir o mercado único, mas subsistem muitos obstáculos internos e há muitos interesses nacionais a dificultar o processo. Enquanto os Estados-Membros gastam tempo a discutir pormenores regulamentares, o poder de mercado global da UE vai diminuindo, especialmente em relação à Ásia. Prevê-se que, pelo menos, 85% do crescimento económico até 2030 ocorra fora da UE, ou seja, em mercados construídos por terceiros e regidos pelas suas regras e normas, em que os valores europeus, como a proteção social, os direitos dos trabalhadores, o diálogo social e as normas laborais e ambientais, pouca importância têm. Esta situação significa também que as empresas e os empresários europeus têm cada vez mais dificuldade em aceder aos recursos de que tanto necessitam. Tal deve-se ao aumento da procura mundial desses recursos, e por conseguinte da concorrência, por um lado, e à expansão do protecionismo e das ações coercivas ou represálias contra países, empresas e economias, por outro. Todos estes fatores afetam o acesso aos recursos, como, por exemplo, as terras raras e as matérias-primas, de que a nossa indústria transformadora necessita para funcionar e proporcionar empregos de alta qualidade.

Apelar para a «autonomia» estratégica não vai resolver esta questão. Enveredar pela via do protecionismo esperando alcançar a autossuficiência económica é um impasse. A Europa não poderá ser autónoma, pois não dispõe de recursos naturais. Terá de continuar a defender um sistema de comércio internacional que funcione.

A Europa precisa de uma estratégia para enfrentar essa situação. A via a seguir passa por reduzir as dependências unilaterais sempre que possível, alterar os padrões de consumo e de produção que impliquem uma utilização intensiva de recursos, aumentar as capacidades de transformação industrial, investir em instalações de produção nos setores do futuro e desenvolvê-las, em especial para os produtos de valor

elevado, em que é essencial manter o potencial tecnológico e de inovação da UE.

Assim, a sustentabilidade e a neutralidade climática começam a ser, e bem, os princípios orientadores da nossa atividade económica. O principal fator que influencia a competitividade da Europa é a energia, tanto no que respeita ao seu modo de produção como ao seu custo. A recente subida dos preços da energia ocupa lugar de destaque na atualidade e suscita muita preocupação junto dos agregados familiares, da indústria e dos responsáveis políticos. Tradicionalmente, acarreta implicações geopolíticas preocupantes. Para se abastecer de energia, a Europa ainda depende, em grande medida, de produtores externos. A alteração deste facto terá repercussões positivas em vários níveis da nossa economia: o investimento em mais fontes de energia renovável e na descentralização energética fortalecerá os fabricantes europeus, reduzirá as emissões de CO_2, diminuirá a dependência de combustíveis fósseis a preços voláteis e reduzirá os preços da energia a longo prazo. É, portanto, uma prioridade política para a Europa.

No entanto, a UE não é um bloco monolítico. Com efeito, as capacidades de adaptação às novas necessidades e de resposta aos fatores disruptivos variam consideravelmente de região para região e de Estado-Membro para Estado-Membro. A transição exige investimentos em investigação e inovação, em infraestruturas, na capacidade de atração de empresas, em condições de produção e fabrico favoráveis às empresas, em novas tecnologias e materiais. Mas cumpre também investir em medidas de apoio aos trabalhadores dos setores afetados pelas mudanças estruturais, assim como no domínio da educação, da melhoria das competências e da requalificação.

Nem todos os Estados-Membros estão igualmente equipados para dar resposta a estas exigências. Além disso, a pandemia agravou as desigualdades entre os Estados-Membros e cada governo tem a sua lista de prioridades e de ações muito divergentes a realizar. Contudo, essas diferenças não devem turvar a visão dos dirigentes políticos: as alterações climáticas não esperam pelas próximas eleições, há financiamento disponível para investir nos setores digitais e ecológicos e o reforço das capacidades e da boa governação nas administrações públicas não precisa de magia, mas sim de vontade política. Os cidadãos estão cientes das mudanças estruturais em curso. Para granjear o seu apoio à ação política necessária para enfrentar essas mudanças, impõe-se a realização de amplas atividades de consulta e comunicação, especialmente com os parceiros sociais e os representantes da sociedade civil.

Sandra Parthie é diretora do Gabinete do Instituto da Economia Alemã em Bruxelas. É membro do Grupo dos Empregadores do Comité Económico e Social Europeu e relatora do Parecer do CESE – Como contribuirão os ecossistemas industriais identificados para a autonomia estratégica da UE e o bem-estar dos cidadãos europeus?.

«UMA PERGUNTA A...»



Uma pergunta a...

Na nossa coluna «Uma pergunta a...», **Maria Nikolopoulou** responde às perguntas dos leitores do CESE *Info* sobre as origens e a importância do Grupo para a Igualdade, ao qual preside. (ehp)



Maria Nikolopoulou: Promovemos constantemente uma cultura de igualdade

CESE Info: Foi eleita presidente do Grupo para a Igualdade do CESE. Quais serão as funções mais importantes do grupo?

Maria Nikolopoulou: A missão do grupo para a Igualdade é promover uma cultura transversal de igualdade e não discriminação no CESE. O primeiro passo consiste assim em identificar os domínios em que os membros poderão ser tratados de forma desigual devido à sua origem, género, orientação sexual ou crenças. Pretendemos também reforçar a participação das mulheres no Comité e alcançar o equilíbrio entre géneros o mais rapidamente possível. Existem atualmente 108 membros do sexo feminino (32,82%). Queremos não só aumentar o número de mulheres a médio/longo prazo, mas também criar o espaço e as condições necessárias para que as mulheres sejam mais ativas. Uma das ferramentas que queremos melhorar é a recolha de dados sobre a participação das mulheres nas nossas atividades, não só na qualidade de membros, mas também como peritas e oradoras.

De que forma irá o grupo cooperar com as outras instituições da UE e com as organizações que se dedicam ao tema da igualdade?

Durante o ano passado, estivemos em contacto e partilhámos ideias, boas práticas e ações com **Evelyn Regner**, ex-presidente da Comissão dos Direitos das Mulheres e da Igualdade dos Géneros, e com **Dimitrios Papadimoulis**, vice-presidente do Parlamento Europeu responsável pela igualdade de género e pela diversidade. Inspirámo-nos no Parlamento e replicámos a sua iniciativa de organizar a Semana Europeia da Igualdade de Género. Adaptámos esta ideia ao nosso trabalho e calendário e, na reunião das nossas secções no final do ano, realizámos debates sobre temas relacionados com as mulheres, desde a violência de género até à presença das mulheres na agricultura, nos transportes por água, na economia e nas relações externas. Estamos também a organizar um evento aberto, com transmissão pública, que tencionamos realizar todos os anos para celebrar o Dia Internacional da Mulher em 8 de março.

No dia 8 de março deste ano, gostaríamos de direcionar as nossas atividades para o público externo do Comité, chamando a sua atenção para a situação das mulheres no mercado de trabalho.

CESE Info: Na sua opinião, porque é importante que a sociedade civil disponha de um grupo como aquele que preside?

O CESE é parte integrante da sociedade civil. As organizações a que pertencemos promovem a igualdade e o respeito a nível local e nacional e é imperativo fazer o mesmo a nível europeu, no «fórum da sociedade

civil organizada». Para sermos coerentes com os nossos valores e exigências, precisamos de dar o exemplo e promover constantemente uma cultura de igualdade.

Maria Nikolopoulou, membro do CESE, presidente do Grupo para a Igualdade

ADIVINHE QUEM É O NOSSO CONVIDADO



A convidada surpresa

Todos os meses, na nossa coluna «O convidado surpresa», convidamos os nossos leitores a descobrir uma personalidade cujo trabalho e empenho são uma fonte de inspiração para os outros e cuja coragem, força de caráter e determinação são um exemplo.

A ativista e jornalista bielorrussa **Hanna Liubakova** é a convidada deste mês do *CESE Info*. Hanna Liubakova clama com firmeza que a oposição na Bielorrússia precisa agora, mais do que nunca, do apoio da Europa e apela à União Europeia e aos outros doadores para que apoiem as ações da oposição, em especial os jornalistas e as ONG que se batem pela liberdade e pela democracia.

Implora que não ignorem o seu apelo, especialmente quando pede ajuda para se instaurar uma cultura da oposição e do debate assente no respeito e para reforçar o processo de transformação.

Hanna Liubakova é uma jornalista bielorrussa e colaboradora não residente no Conselho do Atlântico, que trabalha como formadora e mentora no domínio do jornalismo. Iniciou a sua carreira no único canal de televisão independente bielorrusso, o Belsat, onde trabalhou na qualidade de correspondente e apresentadora de televisão. Fez reportagens a partir de vários países e regiões, designadamente a Bélgica, o Reino Unido, a Polónia, a França e a Chechénia. Foi bolseira do programa de Jornalismo Václav Havel na Radio Free Europe/Radio Liberty na República Checa e do World Press Institute nos EUA. Hanna Liubakova diplomou-se em História da Arte na Universidade Jaguelónica de Cracóvia, Polónia, em 2010, e obteve um mestrado, com distinção, em Jornalismo Internacional na Universidade Brunel de Londres, em 2017. Recebeu o Prémio Peter Caws pela melhor dissertação de pós-graduação. (ehp)



Hanna Liubakova: É urgente apoiar a sociedade civil na Bielorrússia

Nos últimos anos, a população bielorrussa transformou-se radicalmente. Desde 2020 está em marcha um movimento

popular extraordinário que originou os maiores protestos coletivos jamais vistos desde o colapso da União Soviética. Ao contrário do sucedido em eleições anteriores, o movimento de cidadãos conta agora com pessoas de todos os quadrantes e classes sociais, unidas pelas redes sociais e lideradas por mulheres.

O ditador da Bielorrússia Alexander Lukachenko perdeu o apoio e a legitimidade junto da população. A mobilização massiva dos cidadãos semeou o pânico no seu espírito. Desde então, o regime tenta sobreviver a todo o custo, centrando a atenção na eliminação de toda e qualquer forma de discordância com o governo. A sociedade civil foi o seu primeiro alvo.

O nível de repressão atingiu o ponto mais alto da história pós-independência do país. Desde agosto de 2020, cerca de 40 000 pessoas foram detidas. O número conhecido de presos políticos atinge quase os mil e continua a aumentar.

Mas os bielorrussos não desistem. Continuam a criar as estruturas que serão os alicerces de uma nova Bielorrússia. Elaboram reformas e angariam fundos para apoiarem as pessoas necessitadas e se entreajudarem. As duas maiores iniciativas de financiamento colaborativo, BySol e ByHelp, angariaram 7 milhões de dólares americanos que foram canalizados para prestar assistência jurídica e financeira às vítimas da repressão. Em resposta, o regime acusou as campanhas de financiarem atividades extremistas e instaurou processos penais contra os fundadores. Nalguns casos, foram mesmo congeladas as contas bancárias das pessoas que receberam apoio dos programas.

Após a repressão violenta dos manifestantes pelo regime de Lukachenko, as organizações de defesa dos direitos humanos não se pouparam a esforços para documentar a brutalidade do Estado e libertar os prisioneiros políticos. Apesar do bloqueio de mais de 100 sítios Web e da expulsão do país dos principais meios de comunicação sociais independentes, a população conseguiu publicar e distribuir jornais de forma autónoma, fazendo chegar os seus relatos em primeira mão aos jornalistas no estrangeiro. Há atualmente 32 trabalhadores da comunicação social na prisão, mas nem por isso o fluxo de notícias foi interrompido.

A atual sociedade civil bielorrussa é resoluta, resiliente e mais criativa do que o Estado. Mas também se encontra sob uma pressão extrema. As detenções e as multas privam as organizações de recursos humanos. Muitas delas transferiram-se para o estrangeiro, suspenderam as atividades ou são obrigadas a executar o seu trabalho de forma clandestina. Foram dissolvidas mais de 300 organizações não governamentais. Na Bielorrússia, as opções de financiamento, já muito limitadas, tornaram-se ainda mais restritas.

Os países democráticos precisam de reconsiderar urgentemente a sua estratégia de apoio à sociedade civil bielorrussa. A tarefa principal é preservar as estruturas no terreno e apoiar as organizações que tiveram de abandonar o país.

- Em primeiro lugar, as instituições doadoras precisam de ter em conta o aumento dos custos operacionais devido à repressão e à necessidade de relocalização das organizações, bem como a diminuição das oportunidades de financiamento da sociedade civil na Bielorrússia.

- Precisam também de ter em atenção a mudança no formato das atividades devido à transferência da direção para o estrangeiro. Atualmente, a grande maioria das organizações só pode ter existência legal fora da Bielorrússia, sendo as atividades dentro do país apenas possíveis, na melhor das hipóteses, de forma informal e limitada. Apesar de todos os obstáculos, é importante apoiar as pessoas na Bielorrússia, onde muitas organizações continuam a ter o seu pessoal.

- Atualmente, muitas organizações sentem-se limitadas ao planear as suas ações, pois recebem financiamento apenas para projetos de curto prazo, com a duração máxima de um ano. É crucial criar mais oportunidades de apoio a longo prazo e em infraestruturas. É o caso, em especial, das organizações que se

transferiram para o estrangeiro, para que possam continuar a comunicar com os seus grupos-alvo na Bielorrússia. Há que criar e manter ligações horizontais entre os ativistas e as iniciativas.

- Além disso, deve haver partilha de informações entre os doadores e os beneficiários fiáveis para garantir que a ajuda é prestada da melhor forma e não é manipulada por organizações não governamentais organizadas pelo governo ou por organizações pró-regime.

Lukachenko quer manter a Bielorrússia sem notícias. Hoje, mais do que nunca, os meios de comunicação social precisam de apoio.

- Em primeiro lugar, os jornalistas precisam de apoio de emergência, nomeadamente jurídico, financeiro e psicológico.

- Em segundo lugar, é crucial prestar apoio institucional, quer destinado aos meios de comunicação já implantados, quer visando a criação de uma rede descentralizada de blogues e canais de comunicação dentro da Bielorrússia. A população está ávida por novos conteúdos informativos.

- Em terceiro lugar, importa apoiar medidas vigorosas de luta contra a propaganda e a desinformação. É fundamental combater a vigilância da Internet e dotar os jornalistas bielorrussos de instrumentos para iludir a censura e aumentar a sua literacia digital. Trata-se de um elemento fundamental para reforçar a soberania do país.

O apoio à sociedade civil bielorrussa exige uma estratégia de longo prazo, criativa e suficientemente flexível. Contribuir-se-á assim para criar uma cultura de oposição e debate assente no respeito e para reforçar o processo de transformação.

Hanna Liubakova

NOTÍCIAS DO CESE



CESE: UE deve ser intransigente perante violações do Estado de direito

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) tomou uma posição forte contra as violações do Estado de direito na UE, assumindo o seu compromisso de assegurar que o Conselho da União Europeia e a Comissão Europeia impõem sanções pesadas e dissuasivas aos Estados-Membros que desrespeitam sistematicamente o Estado de direito, pondo em perigo o orçamento da UE.

No seu Parecer de iniciativa – O Estado de direito e o Fundo de Recuperação, adotado na sua reunião plenária de 20 de janeiro, o CESE congratula-se com a introdução do Regulamento (UE) 2020/2092, que veio

estabelecer a possibilidade de a Comissão impor sanções financeiras em caso de violação sistemática do Estado de direito num país da UE, e apela à aplicação rigorosa do regulamento em todos os domínios com incidência orçamental.

«O Estado de direito é um pilar indispensável para uma sociedade democrática e pluralista na Europa e para a continuidade da UE», afirmou **Christian Bäumler**, relator do parecer.

O CESE recomenda que a UE utilize todos os demais mecanismos de sancionamento à sua disposição em caso de violação sistemática do Estado de direito, tais como o procedimento por infração nos termos do artigo 263.º do TFUE e o procedimento previsto no artigo 7.º do TUE.

O CESE considera que, se um Estado-Membro viola sistematicamente o Estado de direito, tal prejudica, ou pelo menos compromete seriamente, a execução dos programas financiados pela UE, o que coloca em risco o orçamento da UE. É, por isso, essencial que todos os beneficiários de fundos do orçamento da União estejam sujeitos às regras de transparência aplicáveis e possam demonstrar plenamente onde foram utilizados os fundos.

Os planos nacionais de recuperação e resiliência devem também definir as medidas através das quais os respetivos governos reforçarão o Estado de direito.
No entanto, a maior parte dos planos nacionais apresentados até à data contêm muito poucas iniciativas nesse domínio. Além disso, o CESE lamenta que a Comissão tenha conferido pouca importância ao Estado de direito na sua avaliação dos programas dos Estados-Membros.

No parecer, o CESE apela para que todos os Estados-Membros adiram à cooperação reforçada no âmbito da Procuradoria Europeia e solicita que tal cooperação seja condição para a participação em programas financiados pela UE. Essa cooperação já está a ter algum efeito e contribuirá certamente para uma melhoria enorme da ação penal transfronteiriça a longo prazo. (II)



Ano Europeu da Juventude 2022: assegurar resultados tangíveis e duradouros para todos os jovens europeus

O Comité Económico e Social Europeu (CESE) aplaudiu a proclamação de 2022 como Ano Europeu da Juventude, mas considera necessário ir além das meras atividades promocionais e contribuir para a Estratégia da UE para a Juventude com planos e compromissos claros, com vista a atingir resultados tangíveis para todos os jovens europeus.

O CESE promoveu um debate sobre o Ano Europeu da Juventude 2022 na sua reunião plenária de janeiro, com a participação de **Anne Kjær Bathel**, em representação do programa de jovens líderes europeus, **Joe Elborn**, secretário-geral do Fórum Europeu da Juventude, e **Miriam Teuma**, presidente do Comité Diretor

Europeu para a Juventude do Conselho da Europa.

«É essencial que os jovens tenham uma palavra a dizer na formulação das políticas de hoje e de amanhã», afirmou **Christa Schweng**, presidente do CESE. «Eles são o futuro, pelo que a sua participação e o seu empenho são cruciais para construir sociedades estáveis, pacíficas e sustentáveis, assim como para elaborar políticas que respondam às necessidades específicas das gerações mais jovens».

O CESE encontra-se numa posição única para colaborar e assegurar a ligação com as redes de jovens e está disponível para desempenhar um papel de liderança durante o Ano Europeu da Juventude, tirando partido de iniciativas consagradas como «A tua Europa, a tua voz», as mesas-redondas da juventude para o clima e a sustentabilidade e a Cimeira Europeia dos Jovens sobre o Clima, que organiza no início do verão.

O CESE aguarda com expectativa a oportunidade de dar um contributo positivo para o Ano Europeu da Juventude 2022, que deverá produzir resultados tangíveis para os jovens europeus em domínios com impacto nas suas vidas. (ks)



CESE apoia prioridades da Presidência francesa da UE

A retoma, a pujança e a pertença são os três objetivos principais da Presidência francesa, que o CESE compartilha e apoia, como afirmou a sua presidente Christa Schweng na reunião plenária de 19 de janeiro de 2022, num discurso dirigido a Clément Beaune, secretário de Estado dos Assuntos Europeus de França.

«Muito me apraz verificar que muitas das prioridades da Presidência – uma Europa mais soberana, um novo modelo de crescimento europeu e uma Europa humana – são idênticas às prioridades do CESE», afirmou **Christa Schweng**, que salientou o empenho e o contributo do CESE para a construção de uma Europa resiliente, forte, sustentável e inclusiva.

Clément Beaune sublinhou que a Presidência francesa ajudará a preparar a Europa do futuro, com o ano de 2030 no horizonte, lançando as bases para a realização de mudanças profundas em domínios como os valores, o investimento, a juventude, a cultura e a saúde. Em destaque estará a promoção dos valores que nos unem, como o Estado de direito e os valores democráticos, e que esmoreceram nos últimos anos, talvez por serem tidos como um dado adquirido. «Tencionamos fomentar um sentimento de pertença e defender os nossos valores. Não haverá projeto político sem esta identidade europeia comum, que extravasa as identidades nacionais», declarou.

Referindo-se à conclusão da Conferência sobre o Futuro da Europa, que se aproxima, **Christa Schweng** acrescentou: «Somos a casa da sociedade civil organizada da Europa e, como tal, podemos ser os melhores aliados da Presidência nesta fase final delicada. Será crucial obter resultados concretos e assegurar um seguimento transparente. Os cidadãos exigirão transparência e gostarão de ver a UE passar das palavras à

ação. Por conseguinte, o papel da Presidência francesa será fundamental para o êxito da Conferência e para devolver a UE aos seus cidadãos.»

Clément Beaune declarou que a Conferência sobre o Futuro da Europa apresentará propostas concretas, que «é essencial executar rapidamente, pois a Conferência não pode ser um exercício abstrato, mas tem por objetivo preparar o terreno para uma verdadeira reforma». (mp)



É vital dispor de cuidados suficientes, acessíveis, sustentáveis e de qualidade para pessoas idosas

O CESE está convicto de que o processo de elaboração das políticas da UE deve integrar um modelo de prestação de cuidados a pessoas idosas dependentes, uma vez que se prevê que a percentagem da população com idade superior a 80 anos mais do que duplique até 2050.

A pandemia expôs as lacunas neste domínio e o CESE considera que a iniciativa da Comissão de criar uma nova Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados constitui um passo na direção certa. No entanto, os órgãos consultivos europeus e as organizações europeias da sociedade civil representativas das pessoas idosas devem ter uma palavra a dizer.

No parecer de iniciativa – *Rumo a um novo modelo de prestação de cuidados às pessoas idosas: aprender com a pandemia de COVID-19*, adotado na reunião plenária de janeiro, o CESE analisou os diferentes modelos de cuidados de longa duração prestados a pessoas com mais de 65 anos com perda de autonomia, ou em situação de dependência, em instituições de acolhimento.

Miguel Ángel Cabra De Luna, relator do parecer, sublinhou que «a prestação de cuidados a todas as pessoas idosas deve ser uma pedra angular das políticas da UE, em conformidade com o Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais.»

O CESE propõe a criação de um observatório europeu sobre os cuidados às pessoas idosas, que permita, por exemplo, recolher dados estatísticos adequados, comparar boas práticas entre modelos estatais diferentes, detetar deficiências estruturais dos sistemas nacionais, prestar apoio técnico para facilitar a adoção de orientações políticas da União e contribuir para a aplicação do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.

Além disso, o parecer do CESE apela à realização do Ano Europeu das Pessoas Idosas, em reconhecimento dos direitos fundamentais dos mais velhos e do seu contributo para a sociedade, conforme disposto no artigo 25.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia.

Durante a pandemia, os direitos e necessidades das pessoas idosas apenas foram parcialmente tidos em consideração, revelando as lacunas conceptuais, estruturais e funcionais dos modelos de prestação de cuidados às pessoas idosas. Num contexto mais amplo, esta situação contribuiu para chamar ainda mais a

atenção para o envelhecimento da população enquanto desafio estratégico fundamental para a UE e os seus Estados-Membros. (at)



Saúde e segurança no trabalho: novos riscos profissionais exigem diálogo social forte

Apesar de a digitalização do trabalho ter provocado uma deslocação dos riscos profissionais, levando, por um lado, ao aumento das patologias associadas ao *stress* e ao esgotamento e das lesões ergonómicas e, por outro, a uma ligeira diminuição do número de acidentes de trabalho –, o diálogo social continua a ser fundamental para promover a segurança e saúde no trabalho (SST), afirma o Comité Económico e Social Europeu (CESE) no seu Parecer – O diálogo social como instrumento de promoção da saúde e segurança no trabalho.

«As medidas de saúde e segurança no trabalho executadas através do diálogo social não só contribuem de modo positivo para a saúde dos trabalhadores, mas também podem melhorar a rentabilidade das empresas e reduzir os custos dos cuidados de saúde e do absentismo. O custo para a sociedade das lesões e doenças relacionadas com o trabalho está estimado em 476 mil milhões de euros, o que representa 3,3% do PIB da UE», afirmou a relatora, **Franca Salis-Madinier**.

No entanto, a qualidade do diálogo social varia em função dos Estados-Membros, pelo que a aplicação dos acordos autónomos celebrados pelos parceiros sociais em matéria de SST é por vezes desigual na UE.

Segundo o CESE, há que reforçar o diálogo social europeu para assegurar a proteção uniforme de todos os trabalhadores na UE.
Por conseguinte, a Comissão Europeia deve estabelecer critérios claros para garantir que os acordos assinados pelos parceiros sociais são aplicados em todos os Estados-Membros, nomeadamente tendo em conta o acórdão do Tribunal de Justiça da UE, que concluiu que a Comissão não é obrigada a dar seguimento aos pedidos dos parceiros sociais no sentido da aplicação dos acordos.

No entanto, a definição de orientações gerais em matéria de saúde e segurança no trabalho exige, para além de um diálogo social eficaz, um quadro regulamentar sólido. Os acordos conducentes a diretivas do Conselho na sequência de um pedido de ambas as partes signatárias afiguram-se particularmente eficazes, na medida em que garantem a implementação de planos de ação concretos nos Estados-Membros.
Neste sentido, o CESE preconiza a definição de novas orientações relativas ao teletrabalho, a adoção de uma posição mais ambiciosa em matéria de luta contra o cancro e a elaboração de diretivas da UE sobre as lesões musculoesqueléticas e os riscos psicossociais, que estão a tornar-se uma grave ameaça profissional para os trabalhadores europeus.

O Grupo dos Empregadores do CESE apresentou várias alterações ao parecer manifestando a sua oposição, em particular, aos apelos para a adoção de novas medidas regulamentares e, concretamente, à proposta de

que a UE tome medidas em matéria de lesões musculoesqueléticas e riscos psicossociais, bem como à elaboração de novas orientações relativas ao teletrabalho.
O parecer, elaborado a pedido da Presidência francesa da UE, foi adotado na reunião plenária do CESE de janeiro por 172 votos a favor, 32 votos contra e 70 abstenções. (ll)



CESE preconiza criação de provedores financeiros para as PME e uma abordagem à inteligência artificial que privilegie as PME na Europa

O CESE apela à criação de provedores especiais para ajudar as pequenas e médias empresas (PME) europeias a enfrentar problemas financeiros e de acesso a financiamento. O Comité sublinha igualmente que, para as PME adotarem a inteligência artificial, é necessária vontade política para as apoiar nesse processo.

Na plenária de janeiro, o CESE adotou dois pareceres sobre alguns dos problemas mais urgentes das PME.

No Parecer – Estratégia de nova geração para as pequenas e médias empresas – Reforçar a aplicação efetiva e célere, o CESE sublinha que o acesso ao crédito, a liquidez, os fluxos de caixa e os pagamentos constituem desafios críticos para as PME, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19, e propõe criar uma rede de provedores financeiros e de financiamento para:

- promover o acesso das PME a financiamento;
- averiguar se os bancos intermediários utilizam instrumentos financeiros para chegar às PME que mais necessitam de recursos financeiros, e de que forma o fazem;
- mediar diferendos entre as PME e os financiadores.

O CESE também propõe:

- criar um grupo de trabalho sobre a liquidez das PME para acompanhar as novas medidas da Comissão Europeia destinadas a aumentar a liquidez a curto prazo das micro, pequenas e médias empresas (MPME);

- criar um processo de candidatura simples para reduzir os encargos das empresas com recursos humanos e jurídicos limitados que pretendam candidatar-se a financiamento da UE;

- proporcionar às PME mais oportunidades para participarem com êxito em concursos públicos nos Estados-Membros.

No Parecer – Desenvolver a inteligência artificial nas micro, pequenas e médias empresas (MPME) europeias, o CESE sublinha a necessidade de uma vontade política forte para que as MPME possam ultrapassar os obstáculos à adoção da inteligência artificial.

É necessária vontade política para criar confiança, trabalhando com os parceiros sociais, as câmaras de comércio e as associações profissionais, bem como outras entidades pertinentes, para afastar os receios das MPME no terreno.

O CESE propõe também um conjunto de medidas que exige uma vontade política sustentada – antes de mais:

- utilizar a educação e a formação profissional para promover boas competências gerais em matéria de inteligência artificial;
- assegurar que as MPME têm acesso fácil ao financiamento público e privado para a inteligência artificial;
- garantir as infraestruturas e ligações necessárias;
- sensibilizar para as questões de cibersegurança;
- divulgar as boas práticas e as histórias de sucesso de modo tão amplo quanto possível. (dm)



Economia social: CESE defende adaptação dos investimentos para mobilizar mais financiamento

Além dos incentivos proporcionados pelos programas públicos, são necessários novos instrumentos financeiros para que a economia social continue a crescer, afirma o CESE num novo parecer, que apela igualmente para a formação no domínio financeiro para promover o financiamento privado.

A economia social só poderá atrair investimentos adequados se existirem instrumentos financeiros específicos que assegurem um equilíbrio entre o impacto social, rendimentos aceitáveis para os investidores e um nível de risco justo para as empresas sociais, afirma o CESE num parecer adotado em janeiro.

O relator, **Giuseppe Guerini**, afirmou: «Há uma necessidade real de facilitar a ligação entre o mundo do investimento privado e o mundo da economia social. Cremos que os operadores financeiros atribuem, com demasiada frequência, um elevado nível de risco às organizações da economia social simplesmente porque recorrem a instrumentos que costumam ser utilizados para avaliar outros tipos de empresas.»

Os investimentos com impacto social devem cumprir os seguintes critérios:

- ter a finalidade clara de gerar impacto social;
- apoiar empresas claramente definidas como empresas da economia social;
- fixar níveis de expectativa associados a rendimentos económicos equitativos, sustentáveis e transparentes, mesmo que possam estar abaixo da média do mercado;
- permitir que uma parte dos ativos seja reinvestida noutros investimentos com objetivos sociais;
- ter um impacto mensurável;
- ser coerentes com os valores da empresa a que se destinam.

É essencial dispor de um sólido conhecimento mútuo a fim de reduzir o défice de investimento. «Há que prestar maior apoio aos intervenientes financeiros para que compreendam as realidades das empresas

sociais, e ajudar estas últimas a compreender o mundo do financiamento e os seus instrumentos», afirma a correlatora, **Marie-Pierre le Breton**.

A divulgação de boas práticas, como o Centro de Especialização para Investimentos com Impacto da Finlândia, ou os modelos de investimento com «remuneração em função do resultado» utilizados em França, também pode ser útil. No entanto, importa estabelecer indicadores a nível da UE para avaliar o impacto. Podem tratar-se de indicadores objetivos, como os postos de trabalho criados, ou de indicadores subjetivos, como o bem-estar da comunidade.



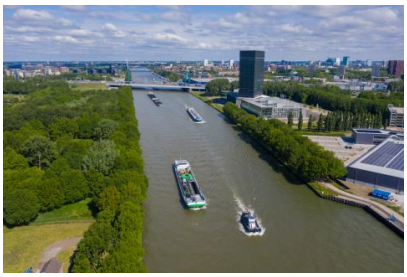
Segurança e sustentabilidade alimentares: CESE dá a receita

No Parecer – Segurança alimentar e sistemas alimentares sustentáveis, adotado na sua reunião plenária de 19 de janeiro de 2022, o CESE identificou as medidas fundamentais para uma produção alimentar da UE sustentável e competitiva e para reduzir a dependência das importações, reforçando ao mesmo tempo a autonomia da UE em matéria de proteínas.

Para que uma política alimentar abrangente seja verdadeiramente pertinente para os consumidores europeus, é essencial que o preço e a qualidade dos alimentos produzidos de forma sustentável na UE sejam competitivos. Tal pressupõe que o setor agroalimentar europeu seja capaz de proporcionar alimentos aos consumidores a preços que incluem custos suplementares para critérios como a sustentabilidade, o bem-estar animal, insumos mais dispendiosos, a segurança dos alimentos e o valor nutritivo, mas também um retorno justo para os agricultores, mantendo, ao mesmo tempo, a sua posição como a opção preferida para a grande maioria dos consumidores.

Embora o Pacto Ecológico Europeu, através dos princípios estabelecidos na Estratégia do Prado ao Prato e na Estratégia de Biodiversidade, constitua uma oportunidade para reafirmar o «contrato social para a alimentação» entre a UE e os seus cidadãos, resta ainda muito por fazer. «A Comissão propõe muito poucas ações concretas para reforçar o setor agroalimentar e o rendimento dos agricultores e trabalhadores, bem como para promover preços justos e o valor dos alimentos», salientou o correlator, **Peter Schmidt**.

O relator do parecer, **Arnold Puech d'Alissac**, destacou que «promover uma autonomia estratégica aberta, assegurar a reciprocidade das normas comerciais, promover a investigação, reforçar a digitalização, desenvolver tecnologias e sementes inovadoras e facilitar o acesso dos agricultores à formação nestas novas tecnologias são algumas das medidas fundamentais para salvaguardar a competitividade dos produtores europeus».
O aumento do cultivo na UE de leguminosas com elevado conteúdo proteico e de oleaginosas e de bagaço de oleaginosas beneficiaria os agricultores europeus e teria um impacto positivo no clima, na biodiversidade e no ambiente. (mr)



Transporte por vias navegáveis interiores carece de investimento

A UE deve adaptar continuamente os transportes europeus às necessidades atuais e futuras, em particular à luz da evolução da procura e da tendência de aumento do volume de negócios nos portos marítimos. Os princípios de base devem ser a multimodalidade e o transporte marítimo inteligente, para tirar partido das vantagens dos vários modos de transporte, a fim de obter os melhores resultados possíveis, aumentando simultaneamente a segurança e reduzindo o impacto no ambiente.

Esta é a principal mensagem do parecer elaborado por **Mateusz Szymański**, adotado na reunião plenária do CESE em janeiro, sobre a Comunicação da Comissão relativa ao NAIADES III: Impulsionar um transporte europeu por vias navegáveis interiores orientado para o futuro.

Em declarações à margem da reunião plenária, **Mateusz Szymański** afirmou que «o NAIADES III é um plano de ação importante. O CESE apoia os esforços para aumentar a quota do transporte por vias navegáveis interiores no transporte de passageiros e de mercadorias. Este setor tem um potencial enorme, que continua subaproveitado. É necessário empenho e vontade política a vários níveis para estabelecer medidas de apoio ao desenvolvimento e à manutenção das infraestruturas, bem como para promover o transporte por vias navegáveis interiores enquanto setor atraente do ponto de vista profissional. A rede RTE-T também deve ser atualizada para dar resposta às novas tendências no setor dos transportes». (mp)



Regiões ultraperiféricas são fundamentais para o futuro da UE

Num parecer exploratório solicitado pela Presidência francesa do Conselho da UE, o CESE insta a Comissão Europeia a ter em conta os potenciais benefícios consideráveis das regiões ultraperiféricas para o futuro da União Europeia.

A Comissão deve adotar medidas adequadas para assegurar que estas regiões não sejam esquecidas na recuperação pós-COVID-19 nem nas transições climática, social e digital. O CESE propõe novas medidas para a autonomia alimentar e energética nas regiões ultraperiféricas, a transição ecológica, o turismo sustentável, a inclusão social, a participação da sociedade civil, o desenvolvimento de competências e o acesso à água e a saneamento.

De acordo com o relator, **Joël Destom**, «as regiões ultraperiféricas devem ser vistas como laboratórios para a promoção de progressos à escala mundial e podem tornar-se modelos a reproduzir».

O correlator, **Gonçalo Lobo Xavier**, acrescentou que «o CESE defende a necessidade de assegurar o acesso ao digital nas regiões ultraperiféricas e a criação de um projeto de grande envergadura de acesso à água e a saneamento no âmbito dos futuros programas operacionais». (tk)



CESE recomenda aditamentos fundamentais às recomendações da Comissão sobre a política económica da área do euro para 2022

Em janeiro de 2022, o CESE adotou um parecer sobre as recomendações da Comissão Europeia sobre a política económica da área do euro para 2022, tendo em conta a situação atual.

O relator **Juraj Sipko** observou: «Um dos principais desafios para a economia da área do euro é como gerir a acumulação de níveis elevados de dívida pública, a elevada taxa de inflação e como continuar o processo de transição para uma economia verde e digital, sem esquecer a estabilidade social.»

O CESE entende que o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE já não está adaptado a estas condições. O projeto da União Bancária tem de avançar a um ritmo mais rápido, e importa completar a União dos Mercados de Capitais. O CESE também está preocupado com o agravamento da instabilidade social e defende novos indicadores mais adequados para a desigualdade e a pobreza. (tk)



CESE previne que proposta sobre tributação dos produtos energéticos pode ter impacto socioeconómico negativo

Num parecer adotado em janeiro de 2022, o CESE congratula-se com o objetivo da Comissão Europeia de clarificar e atualizar o quadro atual da UE e de estruturar a tributação europeia de forma a favorecer as energias não fósseis sustentáveis.

Contudo, o CESE está preocupado com o possível impacto socioeconómico negativo de algumas das medidas apresentadas na proposta de diretiva da Comissão Europeia.

«Solicitamos uma postura mais flexível em relação aos biocombustíveis admissíveis e à sua tributação», afirma **Stefan Back**, relator do parecer.

O Comité recomenda também o emprego do conceito de «pobreza energética» em vez de «agregados familiares vulneráveis», apela para que os impostos ambientais revertam a favor das pessoas mais afetadas e preconiza a adaptação do sistema de preços da UE de modo que este reflita o preço de todas as formas de energia.

«Além disso, o CESE lamenta que a proposta não preveja medidas concretas com vista a evitar a probreza de mobilidade», acrescenta o correlator **Philippe Charry**. (tk)



Acesso às matérias-primas é fundamental para êxito da dupla transição

Em 31 de janeiro, o CESE organizou uma conferência de alto nível em que debateu a questão essencial das matérias-primas. A conferência centrou-se especificamente em dois aspetos principais: a função fundamental que as matérias-primas críticas desempenham para assegurar a autonomia estratégica da UE na transição ecológica e digital e a importância da circularidade para criar um mercado de matérias-primas secundárias na Europa.

Nas palavras da presidente do CESE, **Christa Schweng**, «a Europa depende fortemente do resto do mundo para a maior parte das matérias-primas de que necessita e tem de liderar pelo exemplo, demonstrando que a sua indústria pode ser sustentável do ponto de vista ambiental e humano». Christa Schweng afirmou ainda que são também necessárias parcerias estratégicas com países que partilham dos mesmos valores.

Dirigindo-se à conferência por mensagem vídeo, o comissário do Mercado Interno, **Thierry Breton**, declarou que «vamos precisar de 60 vezes mais lítio em 2050 para as baterias dos veículos elétricos. Não tenho dúvidas de que a economia circular se tornará no novo modo de funcionamento para as matérias-primas. Será outro instrumento crucial que estará à nossa disposição para garantir a segurança e a resiliência das cadeias de abastecimento. O CESE e a Comissão Europeia têm o mesmo entendimento sobre esta matéria».

Agnès Pannier-Runacher, secretária de Estado da Indústria de França, reconheceu que as matérias-primas críticas são fundamentais para a autonomia da Europa na transição para uma economia verde e digital assente num modelo circular. Uma vez que a autonomia energética da UE é uma das prioridades da Presidência francesa do Conselho da União Europeia, Agnès Pannier-Runacher declarou que «não podemos permitir que a nossa dependência dos combustíveis fósseis se transforme numa nova dependência de metais estratégicos».

Os intervenientes concordaram que a Europa tem de assumir a liderança mundial neste domínio, reforçando de forma jamais vista as suas normas em matéria ambiental, social e de governação.
«O CESE está bem ciente de que é urgente abordar esta questão. Está convicto de que as ações previstas pela Comissão Europeia são essenciais para preservar e reforçar a base industrial da UE», afirmou o presidente da Comissão Consultiva das Mutações Industriais, **Pietro Francesco De Lotto**, que presidiu à conferência.

Em suma, as instituições públicas têm de continuar a unir esforços e a agir, e a sociedade civil tem de continuar a participar nas ações neste domínio.

A conferência enquadrou-se nas atividades do CESE no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa. (ks)

NOTÍCIAS DOS GRUPOS



Pacto Ecológico transformará tudo, incluindo a geopolítica

Por Dimitris Dimitriadis, membro do Grupo dos Empregadores do CESE e presidente da Secção das Relações Externas do CESE

Ao fixar o objetivo de descarbonizar a economia da UE, o Pacto Ecológico Europeu assume-se como um fator de mudança que revolucionará a nossa economia, a nossa sociedade e as nossas relações com o resto do mundo.

Na 26.ª Conferência das Partes na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas, reconheceu-se, finalmente, a urgência de agir. Por enquanto, a UE continua na vanguarda desta corrida contra o tempo: o seu papel é dar o exemplo. É também do nosso interesse modernizar a nossa economia rapidamente, mantendo ou assumindo a liderança mundial em matéria de reciclagem, economia circular, captura de dióxido de carbono na atmosfera, hidrogénio limpo e produção solar e eólica de energia.

A Europa é o maior mercado do mundo. Por conseguinte, a nossa transição rumo à neutralidade carbónica, o abandono dos combustíveis fósseis em prol das energias renováveis e a redução da nossa dependência energética far-se-ão sentir em todo o mundo. Basta pensar nas importações de gás e de petróleo vindos da Rússia e da Argélia.

Fiéis ao nosso compromisso tradicional em prol do multilateralismo, cabe-nos ter em conta as repercussões nos países terceiros, ajudando os países mais vulneráveis que contribuíram menos para o aquecimento global mas pagarão mais caro as suas consequências. Ao mesmo tempo, a UE deve encetar imediatamente negociações com os parceiros mais próximos da sua vizinhança, a fim de os ajudar a realizar os seus objetivos atempadamente.

Os Estados Unidos continuam a ver com maus olhos o Mecanismo de Ajustamento Carbónico Fronteiriço, que consideram uma possível medida protecionista. Por seu lado, a Europa não pode abdicar deste mecanismo, que nos permite evitar a fuga de carbono.

No tocante à dependência externa, coloca-se a questão premente das matérias-primas críticas. A China fornece 95% de todas as terras raras utilizadas à escala mundial em novas tecnologias. Chegou o momento de agir e de diversificar as nossas fontes de abastecimento.

Temos os conhecimentos científicos, a tecnologia, as possibilidades de financiamento e as ideias. Mas falta-nos o tempo: a UE tem de agir depressa, e o CESE acompanhará a evolução da situação, veiculando as posições e ideias da sociedade civil em todas as etapas.

O artigo completo está disponível no endereço seguinte: europa.eu/!39cXrP (kr)



Diálogo social: instrumento de promoção da saúde e segurança no trabalho

Pelo Grupo dos Trabalhadores do CESE

Num momento em que o mundo do trabalho enfrenta uma série de crises e transições, o diálogo social pode ser um instrumento fundamental para a realização de três grandes objetivos: antecipar e gerir as mudanças resultantes das transições ecológica, digital e demográfica; melhorar a prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais; e aumentar o grau de preparação para eventuais crises sanitárias futuras.

A União Europeia deve adotar novas medidas regulamentares sempre que necessário, recorrendo ao diálogo social, e deve definir orientações para questões como o teletrabalho, bem como atualizar o acordo-quadro europeu de 2002.

A pandemia constitui uma oportunidade para criar novas capacidades coletivas com vista a responder a futuras crises e atenuar o seu impacto na saúde e segurança no trabalho. Os planos de recuperação devem permitir reforçar o papel dos parceiros sociais nos Estados-Membros em que este tem menos peso.

O custo das doenças profissionais, como as doenças cardíacas e o esgotamento, deve ser cuidadosamente vigiado, a fim de identificar medidas pertinentes ao nível adequado, em conformidade com a abordagem «visão zero», que visa pôr termo às mortes relacionadas com o trabalho na UE.

As medidas de saúde e segurança no trabalho executadas através do diálogo social contribuem de modo positivo para a saúde dos trabalhadores, podem melhorar a rentabilidade das empresas e reduzem os custos dos cuidados de saúde e do absentismo. O custo para a sociedade das lesões e doenças relacionadas com o trabalho está estimado em 3,3% do PIB da UE (476 mil milhões de euros), o que representa mais de metade dos fundos do plano de recuperação.

Temos, portanto, de instituir uma cultura de prevenção, através da formação dos intervenientes no diálogo social, da sensibilização para os riscos emergentes e do reforço e difusão dos recursos disponíveis.

As negociações bipartidas dos parceiros sociais europeus assumem uma importância crucial para a resolução de problemas de saúde e segurança no trabalho. Contudo, a aplicação dos acordos autónomos é por vezes desigual, em função da força relativa do diálogo social e da diversidade dos sistemas de relações

laborais dos Estados-Membros, razão pela qual cumpre regulamentar determinados domínios, como os riscos psicossociais e as lesões musculoesqueléticas. (prp)



Membros do Grupo Diversidade Europa indicam as suas expectativas para a Presidência francesa

Pelo Grupo Diversidade Europa do CESE

Com a Presidência francesa do Conselho da União Europeia em pleno decurso, os membros franceses do Grupo Diversidade Europa partilham as suas esperanças para este semestre, desde o reforço da democracia europeia até à transferência do centro de gravidade da UE para os cidadãos europeus.

Em 1 de janeiro de 2022, França assumiu a presidência semestral do Conselho da União Europeia, definindo como uma das suas prioridades o reforço da democracia europeia. O programa da Presidência francesa articula-se em torno de três objetivos principais, incluindo uma Europa humana à escuta das preocupações dos cidadãos no âmbito da Conferência sobre o Futuro da Europa, atualmente em curso.

Enquanto representante das organizações da sociedade civil, o CESE apoia este objetivo e participa ativamente na Conferência. Os membros franceses do Grupo Diversidade Europa têm várias expectativas.

Dominique Gillot (Federação dos alunos do ensino público, Conselho nacional consultivo das pessoas com deficiência) espera «o reforço da ideia de uma Europa inclusiva na perspetiva da solidariedade e dos cuidados de saúde, uma participação plena dos cidadãos e uma atenção especial às pessoas idosas e às pessoas com deficiência».

Patricia Blanc (Imagine for Margo – Children without cancer) entende que a crise da COVID-19 transformou a saúde numa das principais preocupações dos cidadãos, solicitando que «não esqueçamos que os cancros e as doenças raras afetam milhões de pessoas na Europa todos os anos».

Joël Destom (Mutuelle Interprofessionnelle Antilles Guyane, AG2R La Mondiale) espera que «as palavras de ordem da Presidência francesa – retoma, pertença, pujança e desafios sociais, digitais e climáticos – tenham ainda mais peso nas regiões ultraperiféricas».

Arnaud Schwartz (France Nature Environnement) deseja que a Presidência francesa seja «ambiciosa no seu discurso, mas também nas suas ações, aplicando corretamente a legislação ambiental».

Laurence Sellos (Câmara de Agricultura do Sena Marítimo) receia que a componente agrícola do Pacto Ecológico, no seu estado atual, reduza drasticamente a produção europeia. «Exortamos a Presidência francesa a rever a sua posição, de modo que a ciência possa ajudar a agricultura a acelerar a sua transição agroecológica e contribua para a nossa adaptação às alterações climáticas», afirmou.

Por último, **Thierry Libaert** (Fundação Nicolas Hulot) considera que «a Europa representa uma ambição admirável que perdeu a sua dinâmica. Parece opaca». Afirmou ainda que «a Presidência francesa da UE é

uma excelente oportunidade para tentar reaproximar a Europa dos cidadãos. Assim, falemos menos sobre a Europa e mais sobre os europeus».

Visite o sítio Web do CESE para mais informações sobre o trabalho do Grupo Diversidade Europa em relação à Conferência sobre o Futuro da Europa e no contexto da Presidência francesa. (jk)

SOON IN THE EESC/CULTURAL EVENTS



«Fiquem connosco»: o rescaldo do terramoto da Croácia em imagens

CESE acolhe exposição fotográfica para assinalar o primeiro aniversário do terramoto catastrófico que atingiu a Croácia em dezembro de 2020.

A coleção de 25 fotografias, intitulada «Fiquem connosco», sensibiliza o público para o impacto devastador das catástrofes naturais em todo o tipo de atividades humanas, sociais e comerciais.

As fotografias mostram artesãos que, embora tendo perdido as suas oficinas e ficado sem meios para prosseguir a atividade, continuaram a inspirar os outros com o seu exemplo de união e otimismo.

Captadas nas regiões de Sisak, Petrinja, Glina e nas zonas circundantes, as imagens lançam um olhar sobre as ruínas deixadas pela catástrofe e os inúmeros problemas que ainda falta resolver para regressar à normalidade, um ano depois de a terra ter tremido.

A exposição realiza-se de **15 de fevereiro a 15 de março de 2022**, totalmente em linha, no sítio Web do CESE. (ck)



A música da economia circular

Em 2 de março, o CESE organiza um espetáculo especial intitulado «Music with Trash» [música com lixo], no âmbito da sua Conferência das Partes Interessadas na Economia Circular de 2022.

O espetáculo, que será realizado pelo trio internacional de percussão TrashBeatz, combinará ateliês sobre a economia circular com música feita a partir de resíduos.

«Ao tocar música com instrumentos feitos a partir de resíduos, damos uma segunda vida ao lixo», afirma a **TrashBeatz**.

Nada melhor para acompanhar, a nível artístico, a Conferência das Partes Interessadas na Economia Circular deste ano, que se realiza em formato híbrido e é subordinada ao tema «Rumo a uma nova normalidade: produtos sustentáveis para um consumo sustentável».

A conferência anual das partes interessadas na economia circular terá lugar em 1 e 2 de março e será organizada conjuntamente pelo CESE e pela Comissão Europeia. Para mais informações sobre o evento, consulte o sítio Web da conferência. (ck)



«A verdade da mentira» prestes a ser desvendada

O CESE prepara-se para acolher 99 alunos do ensino secundário e alguns professores acompanhantes no seu evento de 2022 dedicado aos jovens, sob o lema «A verdade da mentira – Os jovens contra a desinformação». Enquanto isso, os membros do CESE que assumiram a função de mentores desses alunos estão de visita às escolas selecionadas para se encontrarem e trocarem impressões com as delegações participantes no evento «A tua Europa, a tua voz» (#YEYS).

Estes encontros figuram na plataforma interativa da Conferência sobre o Futuro da Europa, no âmbito dos temas relacionados com a juventude e a democracia participativa.

«A verdade da mentira – Os jovens contra a desinformação» é o título escolhido para a edição deste ano do evento «A tua Europa, a tua voz», a iniciativa emblemática do CESE para os jovens, que se realizará à distância, em 31 de março e 1 de abril de 2022. O programa já está disponível em linha. (ck)



Jornadas da Sociedade Civil 2022

A edição deste ano das Jornadas da Sociedade Civil terá lugar de 15 a 17 de março de 2022, subordinada ao tema «A UE como motor de uma prosperidade partilhada – a sociedade civil por uma economia ao serviço das pessoas e do planeta».

As Jornadas da Sociedade Civil de 2022 realizam-se num momento crucial para a Europa, com a pandemia de COVID-19 ainda em curso e a Conferência sobre o Futuro da Europa na sua fase final. O evento explorará

as possibilidades de reforçar a resiliência da Europa através de uma transição justa que beneficie as pessoas e o ambiente e que, simultaneamente, aumente a prosperidade da UE.

Esta transição deve também defender e promover os direitos e princípios fundamentais da UE: a democracia, os direitos humanos, a justiça social, a solidariedade e a igualdade. A este respeito, 2021 foi um verdadeiro teste de resistência. As organizações da sociedade civil desempenham um papel crucial na defesa destes valores a todos os níveis, enquanto ativistas, agentes de mudança e guardiãs do bem comum.

Em sete seminários interativos, realizados em formato híbrido ou totalmente em linha, serão explorados os seguintes temas principais:

- oportunidades de melhoria de competências para todos;
- diálogos intergeracionais entre empresários da União Europeia;
- voluntários pela prosperidade;
- um ambiente propício à sociedade civil: necessidade de uma participação significativa;
- construção de uma economia democrática para uma transição justa;
- uma economia social de mercado ecológica para o futuro da Europa;
- futuro da proteção social e do Estado-providência europeu: regimes de rendimento mínimo e acesso a serviços sociais de qualidade.

Serão realizados dois debates de alto nível a título de introdução e conclusão dos seminários, nas sessões de abertura e de encerramento, respetivamente.

As Jornadas da Sociedade Civil de 2022 são organizadas pelo Comité Económico e Social Europeu, em colaboração com o seu Grupo de Ligação.

Para mais informações sobre o programa, os oradores e os seminários, consulte a página Web do evento, que será atualizada regularmente, e siga-nos no Twitter @EESC_LiaisonG #CivSocDays. (ks)

Editores

Ewa Haczyk-Plumley (editor-in-chief)
Daniela Marangoni (dm)

Colaboraram nesta edição

Amalia Tsoumani (at)
Chrysanthi Kokkini (ck)
Daniela Marangoni (dm)
Daniela Vincenti (dv)
Ewa Haczyk-Plumley (ehp)
Jasmin Kloetzing (jk)
Karen Serafini (ks)
Katharina Radler (kr)
Katerina Serifi (ks)

Laura Lui (ll)
Marco Pezzani (mp)
Pablo Ribera Paya (prp)
Thomas Kersten (tk)

Coordination

Agata Berdys (ab)
Katerina Serifi (ks)

Technical support
Bernhard Knoblach (bk)

Endereço

Comité Económico e Social Europeu
Edifício Jacques Delors, Rue Belliard, 99, B-1040
Bruxelas, Bélgica
Tel. +32 2 546 94 76
Correio eletrónico: eescinfo@eesc.europa.eu

O CESE Info é publicado nove vezes por ano, por ocasião das reuniões plenárias do CESE. ?Está disponível em 23 línguas.
O CESE Info não pode ser considerado como o relato oficial dos trabalhos do CESE, que se encontra no Jornal Oficial da União Europeia e noutras publicações do Comité.
A reprodução, com menção do CESE Info como fonte, é autorizada (mediante envio da hiperligação à redação).

03/2022